

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado Decreto-Lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

Nota curricular

Nome: Luís Filipe Machado da Silva Andrade
Data de nascimento: 21 de janeiro de 1975
Formação Académica:

Pós-graduação em Análise Financeira, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL), em 2001.
Licenciatura em Economia (área de especialização em Economia Pública), na Universidade Lusíada, em 1998.

Experiência Profissional mais relevante:

Parque Escolar, E. P. E., entre 2007 e 2015:

Coordenador na Direção de Planeamento e Apoio à Gestão
Adjunto Administrativo-Financeiro do Diretor-Geral da Delegação Sul
Coordenador da Área de Financiamentos e Tesouraria, da Direção Financeira

Técnico superior na Direção Financeira

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE, I. P.), entre 2001 e 2007: Técnico superior na Estrutura de Apoio Técnico do Programa Operacional Assistência Técnica — Eixo FSE — do QCA III (PO AT/FSE)

Formação Profissional mais relevante:

Auditoria Financeira; Auditoria Interna e Gestão de Risco; Gestão Orçamental e Estimativa de Custos de Projetos; Planeamento e Controlo de Gestão por Resultados; Sistema de Normalização Contabilística; Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira; Código dos Contratos Públicos; Contratação Pública.

209408801

Despacho n.º 3644/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de coordenador do apoio técnico-administrativo no meu Gabinete João Alexandre das Neves Oliveira, assistente técnico da Comissão Nacional de Proteção de Dados, com efeitos a 14 de dezembro de 2015.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular do ora designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

Nota curricular

Nome: João Alexandre das Neves Oliveira.
Data de nascimento: 2 de setembro de 1982.
Formação académica:

12.º ano e Curso de Qualificação para Estudos Superiores (Universidade Aberta).

Experiência profissional relevante:

De março de 2003 a janeiro de 2007: funções administrativas na Secção de Justiça do Governo Militar de Lisboa — Exército Português;

De janeiro de 2007 a agosto de 2010: funções administrativas no Gabinete de Justiça do Comando Operacional — Exército Português;

De junho de 2011 a março de 2014: funções administrativas na Provedoria de Justiça;

De março de 2014 a 13 de dezembro de 2015: funções administrativas na Comissão Nacional de Proteção de Dados.

209408607

Despacho n.º 3645/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista no meu Gabinete

a licenciada Elda Maria Guerreiro Morais, com efeitos a 15 de fevereiro de 2016.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do já referido decreto-lei, a designada desempenhará funções de assessoria jurídica.

3 — A ora designada auferirá o estatuto remuneratório equiparado ao de adjunto, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do decreto-lei supracitado.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º, também do mencionado decreto-lei, a nota curricular da ora designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

Nota curricular

Nome: Elda Maria Correia Guerreiro Morais
Data de nascimento: 24 de abril de 1965
Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa (1985/90)

Experiência profissional:

Diretora de serviços no Departamento das Relações Coletivas de Trabalho, na Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (desde maio de 2012);

Chefe de Divisão da Divisão das Relações Coletivas de Trabalho, na Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (2009-2012);

Diretora de Serviços de Administração e Gestão na Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (2005-2008);

Coordenadora da Divisão de Gestão e Colocação de Pessoal do Departamento de Planeamento de Emprego e Política Salarial na Direção-Geral da Administração Pública (2003/2005);

Coordenadora da Repartição de Administração de Pessoal Excedente — áreas de contabilidade e pessoal, na Direção-Geral da Administração Pública (2001/2002);

Técnica Superior no Departamento de Reclassificação, Reconversão e Colocação de Pessoal, na Direção-Geral da Administração Pública (1998/2001);

Técnica Superior na Secretaria-Geral do Ministério da Saúde (1994/1998).

Trabalhos relevantes:

Representante nacional no Fórum de diálogo mundial em matéria de negociação coletiva na função pública (OIT — Genebra, 2 e 3 de abril de 2014);

Representante do Ministério das Finanças na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego desde setembro de 2011;

Membro da Comissão Paritária do ACT n.º 2/2009 (Acordo Coletivo da Carreira Especial Médica);

Membro do grupo de trabalho para revisão do SIADAP constituído pelo Despacho do Ministro das Finanças, publicado em DR 2.ª série n.º 9744/2006, de 4 de maio;

Membro da equipa técnica para definição do modelo de suporte informático do sistema de avaliação do desempenho no âmbito da Lei n.º 10/2004, de 22 de março;

Representante da Secretaria de Estado da Administração Pública no âmbito do processo de reestruturação das OGMA (Despacho de 27 de março de 2003 da Secretária de Estado da Administração Pública);

Participação no Grupo de Trabalho constituído por despacho da Ministra da Saúde, de 14 de outubro de 1996, para apresentação de propostas de regulamentação dos subsídios a atribuir pelo Ministério da Saúde às IPSS, e para definição da articulação dos vários serviços e estabelecimentos do Ministério nestas matérias.

Formação Profissional:

Realização do FORGEP em 2008;

Frequência de cursos, participação em seminários, conferências e encontros, com particular incidência em matérias de gestão de recursos humanos, gestão organizacional, contencioso administrativo, e direito do trabalho.

Outras atividades desempenhadas:

Formadora nas áreas da avaliação do desempenho e do direito coletivo.

Juiz Social no Tribunal de Família e de Menores da Comarca de Cascais entre 2006 e 2011 (Despacho de 13 de dezembro de 2005, do Ministro da Justiça).

209408729

mantendo o posicionamento remuneratório entre a 1.ª e a 2.ª posições, com produção de efeitos à data do despacho.

22 de fevereiro de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Luísa Gaspar Pranto Lopes Oliveira*.

209409871

Direção-Geral da Administração Escolar

Despacho (extrato) n.º 3646/2016

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 17 de fevereiro de 2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria do assistente técnico José Manuel Teixeira Ferreira na Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, concelho de Vila Nova de Gaia, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho,

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Anadia

Anúncio n.º 85/2016

Nos termos do disposto na *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho de 2014, faz-se pública a lista nominativa do pessoal docente que cessou funções por motivo de aposentação no mês de dezembro de 2015.

Nome	Carreira	Categoria	Escalão — Índice	Data efeito
Ivo Alberto Dias Cruz	Docente	Docente do QAE	7/272	31-12-2015

7 de março de 2016. — O Diretor, *Jorge Humberto Martins Pereira*.

209412698

Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso, Vila Franca de Xira

Aviso (extrato) n.º 3311/2016

Conclusão com sucesso do período experimental

Nos termos dos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que as seguintes trabalhadoras concluíram com sucesso o período experimental na carreira/categoria de assistente operacional, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo certo com o Ministério da Educação e Ciência.

- Ana Patrícia da Cunha Saturnino
- Graciete Fernandes dos Santos Fial
- Helena Isabel André Guerra Marcelino
- Irene Maria Afonso Varanda Ferreira
- Lucivone de Souza Teles
- Maria de Lurdes Ferreira Gaspar Vieira
- Marisa de Melo Pinto dos Reis Silva
- Patrícia Alexandra Gomes de Miranda Serejo
- Tânia Sofia Vicente Afonso

O resultado do período experimental foi homologado por despacho do Diretor do Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso a 7 de janeiro de 2016.

11 de fevereiro de 2016. — O Diretor do Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso, *Carlos Jorge Pimenta dos Reis*.

209408704

Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Montalegre

Despacho n.º 3647/2016

João Paulo Fernandes Alves, Diretor do agrupamento de escolas Dr. Bento da Cruz, Montalegre, no uso da faculdade que lhe é conferida pela alínea *b*) do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2102, de 2 de julho e no respeito pelas regras e garantias de imparcialidade constantes no Código do Procedimento Administrativo, designa o adjunto António Luís da Silva Rodrigues membro do Conselho Administrativo do Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Montalegre.

18 de dezembro de 2015. — O Diretor, *João Paulo Fernandes Alves*.

209409474

Despacho n.º 3648/2016

João Paulo Fernandes Alves, Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Montalegre, no uso das faculdades que lhe são

conferidas pela Portaria n.º 759/2009, de 16 de julho e no respeito pelas regras e garantias de imparcialidade constantes no Código do Procedimento Administrativo, delega no adjunto António Luís Silva Rodrigues a competência para o representar quer no Conselho Coordenador de Avaliação, quer na Secção Autónoma para a avaliação do pessoal não docente relativa ao biénio 2015/2016, em conformidade com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e com a Portaria 359/2013, de 13 de dezembro.

18 de dezembro de 2015. — O Diretor, *João Paulo Fernandes Alves*.

209409911

Despacho n.º 3649/2016

João Paulo Fernandes Alves, Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Montalegre, no uso da faculdade que lhe é conferida pelo n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 759/2009, de 16 de julho e no respeito pelas regras e garantias de imparcialidade constantes no Código do Procedimento Administrativo, delega no adjunto António Luís Silva Rodrigues a competência para avaliar o pessoal não docente afeto ao Agrupamento.

18 de dezembro de 2015. — O Diretor, *João Paulo Fernandes Alves*.

209409822

Agrupamento de Escolas Gil Eanes, Lagos

Despacho n.º 3650/2016

Despacho de delegação de competências

Nos termos do disposto no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do disposto n.º 7 do artigo 20.º e na alínea *b*) do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, estabeleço, sem possibilidade de subdelegação, as seguintes delegações de competências:

- 1 — Na subdiretora, *Maria Madalena Simões Crespo*:
Escola Secundária Gil Eanes:
 - 1.1 — Avaliar o pessoal não docente Técnico Superior;
 - 1.2 — Avaliar o pessoal não docente (assistentes operacionais) em exercício de funções na cozinha e papelaria;
 - 1.3 — Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal não docente em exercício de funções na cozinha e papelaria;
 - 1.4 — Intervir na área dos alunos, designadamente, constituição de turmas, processo de matrículas e renovação de matrículas, concessão de equivalências e inscrições para exames nacionais e de equivalência à